



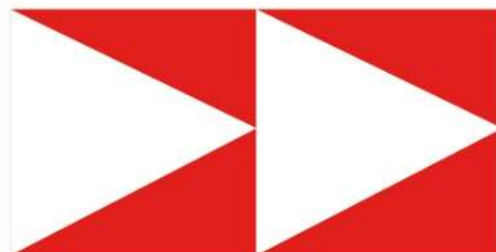
MOÇÃO SECTORIAL

MELHOR AUTONOMIA

1º subscritor:

Duarte Caldeira Ferreira

Militante nº 26855



**PS
MADEIRA**

*O produto do nosso trabalho, da nossa riqueza,
deve ser aplicado em nosso proveito
Manuel Pestana Reis, 1922*

O início

A história da nossa autonomia remonta a 1820, com a revolução liberal, onde, pela primeira vez, foram referidas reivindicações de cariz autonómico.

Em 1901 é decretado o estabelecimento da Autonomia Administrativa do Funchal.

Manuel Pestana dos Reis, a 16 de dezembro de 1922, apresenta o projeto para o estudo das bases de uma mais ampla autonomia administrativa e política, onde consagrava diversas funções, como a representativa, a política, a administrativa, educativa, judicial, ordem pública, entre outras.

Com o Estado Novo, perante um Salazar centralizador, os avanços nesta matéria, foram praticamente inexistentes, havendo inclusive recuos, com a revolta da farinha, do leite e da Madeira, fazendo com que os Madeirenses e Portossantenses pagassem caro, com impostos agravados os danos provocados por essas revoltas.

Finalmente, a 2 de abril de 1976, com a Constituição da República Portuguesa, são instituídas as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. No mesmo mês é aprovado o Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira.

Conjuntamente com a Eleição para o Presidente da República, a 27 de junho de 1976, é eleita a primeira Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, tendo o Governo tomado posse a 1 de outubro de 1976.

Consagração da Autonomia

Com a consagração da Autonomia, a Região passou a dispor de importantes ferramentas para dar o salto qualitativo que os Madeirenses e Portossantenses tanto ambicionavam, após séculos de subjugação ao poder centralizador de Lisboa.

Com a autonomia, a região passou a dispor de importantes receitas, nomeadamente, toda a coleta fiscal da Região, fundo de coesão, receitas da Segurança Social, além da despesa por parte do estado de todas as funções não regionalizadas. Em suma, recebemos muito mais do que aquilo que produzimos. Com a entrada de Portugal na CEE em 1986, passamos a receber os fundos estruturais, tão importantes para o desenvolvimento da Madeira e do Porto Santo.

Com os milhares de milhões de Euros disponíveis, era de esperar que tivéssemos realmente dado o salto qualitativo tão ansiado. E com o poder de decidir sobre como utilizá-los, não há qualquer desculpa para quem, nestes últimos 46 anos, tem tido a responsabilidade de governar a RAM.

É inegável que a Madeira e o Porto Santo de 2022, nada tem a ver com a Madeira e o Porto Santo de 1976. O desenvolvimento chegou a todos os cantos das nossas ilhas, o betão e o asfalto foram responsáveis por milhares de inaugurações, que de um modo geral, acrescentaram qualidade a todos nós. Por outro lado, essa mesma fúria do betão, o dinheiro aparentemente fácil, fez com que se cometessem muitos excessos, com várias obras completamente inúteis, descurando áreas tão essenciais, como a educação, a saúde a coesão social e territorial, entre muitas outras. A título de exemplo, temos um hospital em funções, construído numa época pré-autonomia e só agora, com o apoio em 50% por parte da república, é que temos novamente um investimento relevante nessa área.

Por outro lado, a autonomia não pode ser vista apenas do ponto de vista do investimento público, da obra física. O investimento nas pessoas, o mais importante de todos, falhou. Volto a referir, é certo que vivemos melhor do que em 1976, mas, infelizmente, em 2022, estamos na cauda do país em diversas áreas, tão importantes para a população. Estamos na cauda do país, no que diz respeito à pobreza, ao emprego. O abandono escolar precoce é também o mais alto do país, assim como os números relativamente à emigração são assustadores, mostrando claramente que não conseguimos manter os nossos jovens na Região.

Melhor Autonomia

Muitos pedem mais Autonomia, é certo que há margem para ir mais longe, mas, poderíamos começar por termos melhor autonomia.

Precisamos de uma autonomia capaz de gerar emprego qualificado, precisamos de uma base económica cada vez mais diversificada, que potencie investimentos em áreas inovadoras. O sistema de educação deve ser mais arrojado, mais criativo, que promova o conhecimento e valorize os alunos.

A coesão económica e social é fundamental para o equilíbrio, que atenua as disparidades entre os concelhos, nomeadamente do norte da Madeira e Porto Santo.

O planeamento dos fundos estruturais devem ter como principal objetivo o fim da dependência e debilidade económica e social.

A abertura do Governo Regional à sociedade civil, sem instrumentalização das instituições, assente numa verdadeira cultura democrática, é fundamental para a autonomia de cada um de nós. A independência de cada um de nós, é de extrema importância na sociedade atual. Não podemos ter um povo curvado, à espera de um cabaz alimentar, para ter o básico em casa. As políticas de solidariedade e inclusão devem também estar no centro das nossas atenções, sempre num processo transitório de melhoria da qualidade, promovendo o verdadeiro elevador social.

A saúde é o nosso principal bem enquanto indivíduos, por isso, é necessário providenciar um sistema de saúde eficaz, que responda a tempo e horas às necessidades dos cidadãos, evitando ao máximo o sofrimento que muitas doenças trazem. Não podemos viver como até agora, com listas de espera demasiado longas, com o adiamento permanente de cirurgias e com atrasos em diagnósticos, que muitas vezes poderão ser fatais.

O direito à habitação condigna, consagrado na Constituição, é fundamental para a coesão socioeconómica. É um fator de estabilização e de inclusão social.

A igualdade de género é uma conquista da nossa democracia e se no país avançamos de forma significativa nessa matéria, aqui, na região temos ainda

um longo percurso a fazer, de modo a criarmos uma sociedade mais justa e mais igual.

Em suma, precisamos de melhor autonomia. De uma autonomia que em primeiro lugar, utilize o pleno das suas competências consagradas no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. Que ao nível fiscal, em primeiro lugar, utilize também o pleno da diminuição das taxas previstas nesse Estatuto, não obstante de podermos ir mais além na próxima revisão do Estatuto.

A República e a Autonomia

Apesar do Estatuto Político-Administrativo consagrar o poder das nossas escolhas, o certo é que uma das bases para uma autonomia plena, é a solidariedade nacional. Sabemos que, historicamente, o Estado é de um modo geral centralizador, independentemente de quem está aos comandos do País. Por isso, a luta pelo aprofundamento da autonomia é um processo permanente e necessário. A nossa ambição não pode ficar pelo que existe atualmente, temos de querer em primeiro lugar, garantir que o que está consagrado, seja efetivamente cumprido, e querer também ir sempre mais além.

Na área da continuidade territorial, é preciso resolver de uma vez por todas a questão da mobilidade aérea, de modo a retificar o péssimo modelo negociado entre os governos do PSD regional e nacional. Também a acessibilidade marítima deve ser efetivada, para que os Madeirenses e Portossantenses, tenham mais escolhas nas deslocações entre a Região e o Continente.

A Universidade da Madeira é uma mais valia para a Região, pois potencia de forma acelerada a capacitação dos nossos jovens. Apesar de dependente do Estado Português, nada invalida que haja uma maior aposta do Governo Regional nessa área, não só ao nível dos apoios, como também na aquisição dos seus serviços, valorizando assim o que se produz aqui, na área da investigação.

O Centro Internacional de Negócio da Madeira é uma mais valia para a Região, pois além dos impostos que aqui são gerados, cria também emprego qualificado. Sendo este tipo de atividade, alvo de muito escrutínio, é imperativo que todos os processos sejam imaculados, de modo a não acrescentar mais ruído, que possa ser fatal.

A Lei das Finanças Regionais

A atual lei em vigor que muita tinta tem feito correr na política regional, foi elaborada pelo PSD/CDS e aprovada com os votos favoráveis dos deputados do PSD e CDS eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira, e com o voto contra do deputado do PS-Madeira.

É necessária a sua revisão, pois precisamos de novos instrumentos que aumentem a nossa capacidade autonómica.

O aumento do diferencial fiscal, as alterações aos limites de endividamento e introdução de novas exceções aos seus limites, alterações nas transferências do Fundo de Coesão e revisão da sua fórmula de cálculo, a capitação do IVA sem ajustamento ao diferencial, a necessidade de aumentar o poder de adaptação do sistema fiscal nacional à realidade regional, assim como a igualdade de tratamento entre as Regiões Autónomas, salvaguardando as diferenças entre as mesmas a nível económico e geográfico, são pontos necessário a uma efetiva melhoria dessa lei.

Pela sensibilidade e importância deste tema, é fundamental um consenso alargado entre as Regiões Autónomas e a Assembleia da República, envolvendo o maior número de forças políticas.

O Estatuto Político-Administrativo

Com a previsão da revisão da Constituição Portuguesa, será fundamental rever também o Estatuto Político-Administrativo, nomeadamente com a eliminação da referência às "leis gerais da república", eliminação de normas desnecessárias ou contidas em preceitos constitucionais, a remoção das normas com conteúdo jurídico-financeiro, pois não têm natureza estatutária,

a alteração do regime de incompatibilidades e impedimentos dos deputados à Assembleia Legislativa, a clarificação do estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprio da Região, a inclusão de normas relativas à articulação da Região Autónoma da Madeira com a União Europeia, o reconhecimento do Conselho Económico e da Concertação Social, a regulação de referendos regionais e a eliminação do cargo de Representante da República.

Conclusões

A Região Autónoma precisa acima de tudo de melhor autonomia baseada numa melhor governação, de mais autonomia reforçada na revisão da Lei das Finanças Regionais e na revisão do Estatuto Político-Administrativo.

Uma melhor autonomia que esbata as diferenças existentes na região, nomeadamente entre os concelhos do sul e os concelhos do norte e Porto Santo e que combata de uma forma eficaz o despovoamento destes últimos.

Uma melhor autonomia que qualifique as nossas crianças e jovens, através de um sistema de ensino eficaz, desafiante e gerador de conhecimento. Que acima de tudo, combata o abandono escolar precoce.

Uma melhor autonomia geradora de empregos mais qualificados, que fixe os jovens na região, acabando com o flagelo da emigração.

Uma melhor autonomia que olhe para a igualdade de género como algo importante. A revisão da lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Madeira, que garante a paridade nos termos atuais, alinhados com o restante país. A Autonomia não pode de modo algum, ser uma ferramenta de retrocesso social.

Uma melhor autonomia capaz de atrair mais e melhor investimento, capaz de diversificar a nossa base económica e que acima de tudo seja resiliente às convulsões da sucessão das crises económico-financeiras,

Uma melhor autonomia que acabe de uma vez por todas com a subsidiodependência, que crie condições para que cada um dos Madeirenses e Portossantenses sejam capazes de gerar a sua própria riqueza e

consequentemente a melhoria efetiva da sua qualidade de vida. O combate à pobreza e exclusão social deve ser uma das principais prioridades.

Uma melhor autonomia que melhore de forma significativa o Sistema Regional de Saúde, indo muito mais além do que o investimento em equipamento. É necessário investir mais em recursos humanos, só assim conseguiremos dar o tão necessário salto qualitativo nesta área.

Precisamos de uma melhor autonomia, de uma autonomia mais eficaz, longe do ruído entre a Região e Lisboa, que em nada contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos Madeirenses e Portossantenses.

A Autonomia não tem um dono, é de todos nós!

Por uma melhor Autonomia.